



Silvio Meira**

Poucos homens públicos, na história deste país, ~~apresentam~~ vida tão trepidante, tão farta de exemplos e de realizações corajosas e originais, quanto José Vieira Couto de Magalhães. Uma vida que se desdobra em aventuras, em desbravamentos, em inovações, em estudos, em lutas reais, com eventos que dariam para compor várias existências, em qualquer dos setores por ele percorridos.

Talvez por isso, um dos mais conspícuos estudiosos de sua personalidade, Afonso Celso, coletando subsídios para uma biografia, apresenta nove aspectos, nove faces, como se se tratasse de uma criatura poliédrica, produto estranho da natureza: o administrador, o viajante, o explorador, o industrial, o militar, o escritor, o sábio, o patriota, o homem de coração. Acrescentaria a esse elenco, o bacharel e o “doutor” que o era, formado pela respeitável Faculdade de Direito de São Paulo, onde defendeu tese em 1860. É que a formação cultural oferece, ao homem diplomado em ciências jurídicas e sociais, recursos e armas espirituais que ele pode aplicar em muitos campos de atividade. Não precisa ser, forçosamente, um advogado, no sentido profissional. E ao lado do sábio e do escritor, eu daria realce especial ao precursor da geopolítica, ao filósofo, ao etnólogo, ao indianista, estudioso não apenas do Índio sul-americano, mas, em profundidade, de sua língua, de seus hábitos e dos seus costumes.

Já vedes, vós que me ouvis, como é complexa essa figura humana. E como se torna pouco fácil percorrer, em uma simples palestra, com tempo marcado, todos os vãos e desvãos de sua essência espiritual e todos os rincões de sua paisagem interior. Parece mais uma personagem de lenda, criada pela imaginação, porquanto se torna difícil acreditar que, em tão pouco tempo, tanto construiu, tantos caminhos novos devassasse, como um bandeirante que fizesse história e rasgasse, no mapa, estradas para o futuro.

Fazendo-lhe o elogio no Instituto Histórico, após a morte, salientou Joaquim Nabuco: “Ele pertence ao Instituto como ator e como autor; como ator porque fez história, como autor porque a escreveu (...)”

Sua existência terrena se estendeu do dia 1 de novembro de 1837, em que nasceu, a 14 de setembro de 1898. Foram, portanto, 61 anos de vida. Nascido em Diamantina, Minas Gerais, pode-se dizer que se tornou filho adotivo e muito querido de pelo menos mais quatro províncias brasileiras, das quais foi presidente: Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Nos palácios de Governo de cada um dos estados federados de igual nome, figura sempre, nas galerias de honra, o retrato do eminente homem público.

Sua psicologia e suas tendências devem ser analisadas, em função de dois fatores: a hereditariedade psíquica e os cursos que frequentou no dealbar da juventude. A herança e a educação.

Era filho de um comerciante de pedras preciosas, Antônio Carlos de Magalhães, e de Tereza do Prado Couto de Magalhães, mulher de rara beleza, conforme

* Discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 1980, na solenidade de posse como sócio correspondente.

**Professor catedrático; membro do Conselho Federal de Cultura.

o atesta Afonso Celso; e neto, pelo lado materno, do afamado mineralogista José Vieira do Couto, nascido em Arraial do Tijuco (antigo nome de Diamantina), a 19 de agosto de 1752, e falecido a 15 de setembro de 1827. O que há de notável neste avô é a vocação para a filosofia e as matemáticas, para as ciências naturais e para a vida das armas, e ainda para viagens exploradoras. Lente da Universidade de Coimbra, logo depois que ali terminou o curso, deixou José Vieira do Couto obras que lhe assinalam aquela vocação que, pelos segredos insondáveis da natureza, transmitiria, num gene recessivo, ao neto: memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rodrigo, memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais, memória a respeito do território, clima e produções metálicas da mesma província, viagem ao Indaiá e estudo sobre as minas de Abaeté, idem em torno das minas de cobalto. Sua excentricidade, que se revelará no neto, levou-o a expressar um último pedido, antes de morrer: que o sepultassem em sua fazenda do Gavião, distante 10 léguas do Tijuco, debaixo de uma árvore.¹

Somam-se, a essas vocações, outras, herdadas pelo sangue paterno. Um dos seus biógrafos atesta ser ele descendente do navegador português Fernão de Magalhães, que marcou sua presença na história universal, abrindo rotas nos mares do sul, “nunca dantes navegados”, em busca do Oriente através do estreito meridional da Patagônia que hoje ostenta o seu nome: o de Magalhães, ou Magellanes, como dizem os castelhanos, ou Magellan, como preferem os franceses. Os dois sangues se encontraram, o aventureirismo lusitano elevado ao mais alto grau de um Magalhães, e o cientificismo e espírito perquiridor de Vieira Couto. Seu pai, o já citado Antônio Carlos de Magalhães, era português nato. Ambas as ascendências remontam a velhas cepas lusitanas, muito embora, de permeio, sua ancestralidade paulista, pelo lado materno, venha a caldear-se com o sangue indógena, o forte sangue que lhe transmitiu a atração pela selva e o amor pelo silvícola. Um seu ascendente, mestre-do-campo Tomé Antunes de Couto, viera de Portugal em missão científica e militar, fixando-se em São Paulo.

O segundo fator a assinalar é o referente à sua formação cultural, que teve início no célebre Seminário de Mariana, por onde passaram tantas individualidades eminentes deste país. O Caraça, que deixou nome na história, onde forjaram suas personalidades, nos primeiros anos de vida, escritores, sacerdotes, parlamentares, estadistas. Estudar no Caraça constituía um título que acompanhava o homem por toda a vida. Ali ingressou em 1847. O respeitável estabelecimento dos padres lazaristas logo se transformaria, em 1854, no Seminário de Mariana, tão afamado.

Encontrei referências, nas fontes consultadas, a estudos de matemática na Escola Militar do Rio de Janeiro, logo depois de ultimar os preparatórios; e, também, a um curso de artilharia de campanha em Londres.²

Em 1859 gradua-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e ali defende tese de doutorado, em 1860.

Foram, sem dúvida, esses cursos todos, os plasmadores de sua estrutura cultural. O Caraça, as preocupações filosóficas, os estudos matemáticos, aliados às ciências jurídicas, encontraram terreno propício naquela alma jovem e sequiosa de saber.

Na velha Academia do Largo de São Francisco deixou assinalada a sua passagem como estudante, “um dos mais belos talentos do seu tempo”, segundo Spencer Vampré.³ Disputava com alguns colegas a oratória no Ensaio Filosófico. Alu-

¹ Sacramento Blake. *Dic. Bib.* Verbete José Vieira Couto. v. 5, p. 228.

² Egas, Eugenio. *Galeria dos presidentes de São Paulo*. Publicação oficial do estado de São Paulo. s. d. v. 1.

³ Vampré, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. ILN, 1977. v. 1, p. 288.

no do primeiro ano, organizou um cursinho de filosofia, contando, entre seus discípulos, com um jovem promissor chamado Prudente de Moraes. O curso, que era pago, tinha a finalidade de auxiliar financeiramente colegas pobres. A generosidade sempre foi um dos adornos de sua personalidade.

Data dessa época a sua tese para conquista do grau de doutor e o romance histórico, originariamente intitulado *Os guayanazes*, alterado posteriormente para *Os guayanás*. No romance, de pequenas proporções materiais, mas de bom conteúdo literário, aproveita como tema central a fundação de São Paulo. Na carta que escreveu a Homem de Mello, publicada à guisa de prefácio, explica ter aproveitado as férias de 1858/59 para elaborar esse livro, de sentido patriótico. E dizia mais que, ao redigi-lo, “parecia-me que uma voz me murmurava ao ouvido aquele mimoso estribilho duma das melhores canções de Béranger: “Aimons vite, pensons vite, tout envite, a vivre vite”.

Na verdade, esses versos foram sempre o símbolo de sua vida inteira: amar e pensar e viver com rapidez. Não perder tempo, pois tudo convida a viver depressa.

Bacharel aos 22 anos e doutor aos 23, tudo indicava que Couto de Magalhães, à maneira dos seus contemporâneos, seguiria a carreira da jurisprudência e das belas-letas. Um futuro alvissareiro abria-se à sua frente. Algo, porém, o chamava para outros caminhos. Em 1860 e 1861 é secretário do governo de Minas Gerais, sendo Presidente Vicente Pires da Mata, e de tal forma se houve na função, que logo é nomeado presidente de Goiás, cargo que exerce de 1861 a 1864. Alcançara 24 anos de idade.

O que foi a sua atuação à frente desta grandiosa província de Goiás – coração do Brasil, que tem a felicidade de confinar com numerosos estados brasileiros do Norte, do Leste, do Centro-Sul e do Oeste – está narrando em um documento singular, mas autêntico e espontâneo: informação prestada pelo Vice-Presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira, datada de 5 de abril de 1864, em expediente encaminhado ao Imperador: “Durante um ano e três meses que o suplicante, doutor José Vieira Couto de Magalhães, administrou a província de Goiás, não poupou estudos e trabalhos para dotá-la com boas vias de comunicação. Entre as primeiras, figura a parte de seu Relatório – *Vias de comunicação* – lido à Assembléia Provincial o ato de sua instalação no dia 1º de junho do ano passado; a correspondência sobre essa matéria que mereceu especial menção do governo imperial, como se vê à página 18 do relatório do Ministério da Marinha apresentado à Assembléia Geral na sessão do corrente ano; e a obra intitulada *Viagem ao Araguaia* (um volume em 4º com cerca de 300 páginas) onde não só se descrevem as vantagens que o País pode auferir com essa interessante via de comunicação, como estuda e discute cada um dos meios necessários para levá-la a efeito.

“Entre os trabalhos executados com incômodos e riscos figuram como mais notáveis as duas viagens feitas ao Araguaia, na primeira andando 177 léguas, na segunda, 56; estas viagens executadas em lugares desertos, despidos de todo recurso e infestados de índios, produzirão grandes vantagens, entre as quais: a animação das povoações dos presídios de Santa Maria e Santa Leopoldina; a fundação dos dois povoados de São José e do Gurupensem; a abertura de três estradas de carro, a saber da capital ao Travessão, do Travessão a Leopoldina e de Leopoldina a Mont’Alegre, tudo nas margens do Araguaia.

“Um novo e importantíssimo serviço vai o suplicante fazer seguindo pelo Araguaia ao Pará: as vantagens que as províncias de Goiás e do Pará têm de colher desta viagem são incalculáveis e não carecem de demonstração. A estes se po-

derão ajuntar muitos outros serviços já em prol desta navegação, já do Tocantins, já das comunicações com Cuiabá por via do Coxim, e que não menciono especialmente porque já foram levados ao conhecimento do governo imperial em diversas épocas. À vista de tudo isto, me parece que o suplicante é merecedor da Graça Imperial.”

De tal forma fora a atuação de José Couto de Magalhães à frente de Goiás que manifestações de reconhecimento lhe vinham às mãos de todos os lados, entre elas a mensagem firmada pela Câmara Municipal em Bonfim, datada de 15 de dezembro de 1863, “levada pelos sentimentos de gratidão pelos relevantes serviços que V. Excia. vai prestando a esta província em sua sábia e moderada administração”.

Deixo de transcrever na íntegra essa peça histórica, que se acha em original no Arquivo Nacional, a fim de não estender por demais esta exposição. Mas a tônica é sempre a mesma: os esforços incansáveis, a dedicação, a abertura de vias de comunicação terrestre e intensificação das fluviais, o desprendimento, o idealismo, e, vale pôr em relevo, a moderação.

A palavra *moderada*, qualificativa da administração, bem expressa um estado de espírito. Couto de Magalhães era um moderado, muito embora, nas horas em que fosse necessário revelar altivez e energia, soubesse fazer valer a sua autoridade. Seus conhecimentos históricos e filosóficos deram-lhe a nobreza no trato com seus subordinados, o que lhe granjeou simpatia e devotamento de muitos.

À frente de Goiás intensificou o estudo dos problemas econômicos, propugnou pela transferência da capital para sítio mais ao norte – em Leopoldina –, explorou pessoalmente cursos d’água, entre eles os do rio Vermelho, o do Araguaia, que percorreu em frágeis embarcações, fundando povoados, contactando com selvagens, com o fim de atraí-los para a civilização, estudando o solo, a fauna e a flora, observando os fenômenos da natureza, com olhos de sábio, como o fizeram, em épocas anteriores, Von Martius e Spix.

Relatar as suas excursões ao Araguaia, descritas em relatórios e livros, excederia os limites desta palestra. Não foram expedições de lazer, mas jornadas repletas de perigos, em que o expedicionário era também um sábio a colher impressões, que logo transferia para o papel, a fim de manter viva a lembrança de tudo o que contemplava: uma serra distante, um solo diferente, a sua constituição geológica, uma ave, um réptil, observados longamente, os rios com todos os seus segredos, a direção das águas, as margens, as matas, as espécies vegetais, aliando a tudo isso as imagens literárias e poéticas diante de um horizonte ruborizado pelo sol na aurora, ou sanguinolento no ocaso, colocando no fundo verde da paisagem, com sua imaginação férvida, civilizações, fazendas, povoados, cidades, na antevisão premonitória do Brasil do futuro.

Couto de Magalhães era antes de tudo um sonhador, que conseguia realizar os seus sonhos, o que em geral é muito difícil. Espírito inclinado para os mais altos estudos científicos de antropologia e da linguagem, era ao mesmo tempo um espírito prático, capaz de transferir para a realidade de todos os dias os anseios que lhe vinham à mente. Sonho e realidade nele se somavam.

E assim foi a sua administração à frente de Goiás, invadindo os sertões, sonhando com a abertura do Araguaia à navegação, e a comunicação da Província Central ao oceano Atlântico, através do curso do rio Tocantins, tendo como entreposto Belém do Pará.

Estaria errado? Os tempos se encarregariam de provar que estava certo. Iniciou uma tarefa que as gerações atuais ainda lutam por tornar efetiva, tais as suas profeções. Mas uma tarefa necessária e inadiável.

Essa, sem dúvida, a razão principal por que, sendo nomeado Presidente da província de Minas Gerais a 23 de janeiro de 1864, como o atestam alguns biógrafos e ele próprio confessa, preferiu presidir outra província: a do Pará. Atrafa-o a selva. Chamava-o a imensidão do Amazonas.

Sua visão clara de estadista já lhe abria os olhos para essa verdade que muitos não querem aceitar: o grande futuro do Brasil se concentra nos sertões e na Amazônia. Quem dominar a Amazônia exercerá influência decisiva nos destinos da humanidade. A frase atribuída a Humboldt e até hoje não comprovada – de que a Amazônia será o futuro celeiro do mundo –, autêntica ou não, é uma verdade. Mais do que celeiro. Suas terras baixas podem produzir a cana-de-açúcar, as fibras, muitos cereais necessários a matar a fome do mundo.

Mas isso não é nada diante do que poderá produzir em suas áreas de todos os níveis, perto ou longe dos rios, nas várzeas ou na terra firme. A variedade de produtos é de tal ordem que supérfluo se torna enumerá-los. E tudo isso ainda seria pouco diante da pecuária que está em condições de abrigar. E ainda pouco seria, tudo reunido, em face do assombroso acervo de minérios que aflora em várias zonas, alguns já encontrados, como o ferro dos Carajás, o alumínio do Trombetas, o manganês do Amapá, o estanho de Rondônia, o carvão do Solimões, o caulim do Jari e o ouro e as pedras preciosas que estão em toda parte, no Cunani, no Roraima, no Tapajós, no Gurupi, no Tocantins, no Xingu, colhidos à flor do solo e exportados não se sabe para onde, às toneladas, em quantidades que assombrariam um El-rei Dom João V.

Sim, meus senhores, o ouro que no passado fez a grandeza das cortes portuguesas e de outras cortes constituiu apenas uma pequena parcela das riquezas que a natureza depositou em nosso solo. Foi uma amostra apenas, embora fabulosa.

Um país com a dívida externa que atualmente estrangula as suas finanças tem à sua disposição essa reserva incalculada, que se esvai. É preciso rever a legislação, disciplinar a pesquisa, a lavra e a garimpagem e o comércio do ouro, o que só pode ser realizado através de uma nova lei que feche as portas à safra clandestina e quebre alguns pretendidos monopólios de empresas poderosas. Entre os sonhos de Couto de Magalhães se encontrava, sem dúvida, o da exploração mineral, ao lado de outros sonhos: o da proteção silvícola, o da abertura de vias de comunicação, o do aproveitamento das riquezas naturais de toda espécie, o povoamento.

Suas viagens numerosas sucederam-se no tempo. Vários roteiros seguiu e devem ser levantados por especialistas no assunto, os ortógrafos com a competência de um Eduardo Canabrava Barreiros. Do Rio Grande ao Pará, do Rio a Goiás, deste a Belém e em outras oportunidades a Mato Grosso, Paraguai e até Uruguai e Argentina, suas penetrações variavam com o tempo e a intenção. A primeira expedição ao Araguaia teria ocorrido em 1862, e outra, de reconhecimento, em setembro de 1863.

O conhecimento da vasta região com sua rede potamográfica levou-o a aceitar o governo da província do Pará, para a qual se viu nomeado pela Carta Imperial de 2 de julho de 1864, sendo empossado a 20 do mesmo mês.

O que é extraordinário – por ter sido empossado a 29 de julho – é a apresentação do vasto relatório à Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto, em que se sente o seu estilo pessoal, principalmente nos trechos em que se refere aos problemas econômicos e às comunicações. Dizia ele então: “Estou com apenas dez dias de administração; começamos, tanto vós e eu, a trabalhar quase que ao mesmo tempo, e, se me permitirdes uma imagem, direi que somos como dois viajantes que vão entrar em um caminho novo, muito cheio de dificuldades e em-

baraços: unamos nossas forças, trabalhemos juntos, que o fruto será a prosperidade desta terra, cujos destinos correm agora sob nossa responsabilidade.” Tudo prevê: a lavoura, a instrução, as vias de comunicação, as finanças, o policiamento, a Justiça, as cadeias públicas, os hospitais, o comércio, os tributos, a navegação do Amazonas, a iluminação, a pesca, a borracha, o abastecimento d’água, as cachoeiras, especialmente do Tocantins, as estradas, os matadouros, e dezenas de outros assuntos relevantes.

Há nesse relatório um episódio que bem revela a sua natureza de homem observador dos hábitos e peculiaridades regionais. Relata: “Quando eu viajava o interior do sertão de Goiás para demandar a vossa província, parei numa aldeia de gentios que se chama Tauá-Grande. Um dos selvagens, o Tuxaua, me quis dar dois pequenos índios-gradaus a troco de dois machados. Eu ia aceitá-los quando um índio que me servia de língua chegou-se ao pé de mim, e disse-me baixo ao ouvido: – Capitão, não queira que este não presta. – E por quê? Perguntei-lhe eu. Disse-me ele: – Você não está vendo? Quando a cabeça é muito grande e o corpo muito pequeno a cabeça mata o corpo.

Estas palavras do índio deviam ser escritas em grandes letras nas províncias do norte, e com elas o pobre selvagem dava uma lição que, se fora aproveitada, faria desaparecer tanta futilidade que desanima o pensar nelas.

Nas províncias do norte se faz com que as capitais sacrifiquem o interior. O resultado é que as capitais crescem, crescem mesmo mais do que devem crescer, e o interior definha!”

Ao presidir a província paraense, em 1864, contava Couto de Magalhães 27 anos. Era uma jovem com idéias amadurecidas em dura experiência. Teve o seu valor reconhecido pelo governo imperial, que, vendo-se a braços com problemas decorrentes da Guerra do Paraguai, convocou-o para nova e arriscada missão, em 1866.

Os paraguaios invadiram e devastaram a província de Mato Grosso. Várias cidades se encontravam em seu poder, como Corumbá, Miranda e Albuquerque. Era preciso expulsá-los. Carneiro de Campos fora aprisionado a bordo do barco *Marquês de Olinda*. Os demais patriotas convocados para dirigir a imensa campanha e a província mato-grossense foram pouco felizes: o Visconde de Camamu faleceu antes de assumir o posto; o Coronel Drago não passou do Triângulo Mineiro; o General Galvão veio também a falecer antes de atingir seu destino. A morte rondava a região. Só um homem com as qualidades de Couto de Magalhães seria capaz de enfrentar situação tão complexa e grave. A província do Pará ele a governara até maio de 1866, quando foi substituído, a 8 daquele mês, pelo Dr. João Maria de Moraes, então 1º vice-presidente.

Oferecido, que lhe fora, o governo do Rio de Janeiro, preferiu governar Mato Grosso, atraído sempre pela selva, pela luta e pelo perigo. Era a sua sina. Lavrava a guerra, com todas as suas misérias e dificuldades. Couto de Magalhães, o bacharel de 1859, o doutor em leis de 1860, assume a direção da Província e o comando das forças militares, no que vem revelar as suas qualidades de soldado e estrategista. Atingira os 29 anos de idade, um jovem estadista, que os opositores do governo chamavam de presidente menino. Havia nessa expressão uma crítica e um elogio. Viria a ser também, em breve, um brigadeiro, vale dizer, um general, título que, outorgado pelo governo imperial mais tarde, conservou até a morte. E hoje é conhecido como General Couto de Magalhães.

Comanda a expulsão dos invasores paraguaios, que põe fora de Corumbá a 13 de junho de 1867. Como as tropas necessitassem de armas e mantimentos e as vias

de comunicação com o Sul estivessem cortadas, lembrou-se Couto de Magalhães de mandar buscá-los no Pará, através dos cursos d'água que ele tão bem conhecia, o Tocantins e o Araguaia, numa verdadeira epopéia através das selvas e dos sertões. As estradas que abriu em Goiás foram utilizadas.

Como conseqüência da guerra, advém a peste: a varíola grassa e ele, sempre ao comando, dirige retiradas estratégicas, consola e assiste a todos, numa fase de terríveis desgraças.

Desejando, de qualquer forma, compensar moralmente tanta dedicação, o Imperador lhe oferece o título de Barão de Corumbá, que delicadamente recusou, como, em outras oportunidades, o fizeram figuras igualmente eminentes, entre elas o Conselheiro Andrade Figueira.

Até 1868, Mato Grosso esteve entregue à sua eficiente administração, sendo nesse ano substituído por Albano de Souza Osório. Vinculou-se ainda às províncias de Mato Grosso e Goiás com deputações em várias legislaturas.

Seu sonho, porém, era sempre o Araguaia. A comunicação Goiás-Pará. A ligação, em termos mais vastos, das bacias do Amazonas e do Prata, criando, pelo *hinterland* brasileiro, uma via de acesso que viria a concorrer para maior integração nacional.

Corria o ano de 1868. Toma iniciativa audaz: transportar um navio desmontado do rio Paraguai até o Araguaia, pelos sertões, em 16 carros de boi, repletos de caixas. Lá iam peças de toda natureza, tornos, forjas. Não apenas o navio desmontado, mas toda uma oficina para montagem e reparos, com substituição de peças. Cem léguas foram percorridas e vós bem podeis imaginar o que seria o Brasil em 1860, com os sertões repletos de adversidades, desde as endemias aos índios e animais ferozes. Vinte praças escoltavam a vasta e pesada carga. Abriam-se picadas, cortavam-se paus onde a passagem se tornasse mais difícil. Os carros caminhavam vagarosamente, numa expedição heróica e com lances de epopéia cartaginesa. Lembrava as tropas de Aníbal contornando os territórios espanhóis, franceses e itálicos pelo norte, para caírem de surpresa sobre os romanos. Faziam-se pontes improvisadas nos cursos d'água menos profundos e contornavam-se cabeceiras.

Apesar da campanha das oposições e da imprensa e do pessimismo de muitos e ainda de pequenas desavenças entre expedicionários, a original caravana chegou a destino, e a 28 de maio de 1868 inaugurava-se o primeiro navio a singrar as águas do belo rio Araguaia, denominado *Araguaia-neru-assu*. Seu nome anterior: *Antonio João*. A inauguração se fez festiva. Lavrou-se longa ata cujos termos dispenso reproduzir. Mas Couto de Magalhães, como de hábito, fez entalhar no rochedo, em plena cachoeira, uma inscrição em língua tupi, e português, nos seguintes termos: "Sob os auspícios do Sr. D. Pedro II, passou um vapor da bacia do Prata para a do Amazonas, e veio chamar à civilização e ao comércio os esplêndidos sertões do Araguaia, com mais de 20 tribos selvagens, no ano de 1868."

Muito haveria a narrar a respeito dessas aventuras empreitadas. Outra, não menos brava, ele a efetivara anteriormente, ao comprar na Inglaterra um navio próprio para desobstruir cachoeiras e corredeiras. Ainda estava à frente da província do Pará. Sua arriscada expedição quase lhe custa a vida, em naufrágio do qual se salvou a nado. Antes de sair de Belém para participar pessoalmente da aventura, passou o governo ao seu substituto e fez consignar em ofício: "Vou tentar a passagem do vapor através das cachoeiras do Tocantins e Araguaia, se agora estiverem em ponto que me pareça isto possível. Para o bom êxito desta experiência, tem-se preparado largamente tudo quanto é possível preparar com os meios de que

se dispõe; infelizmente, porém, a providência humana não é suficiente para garantir o sucesso dessa causa e só Deus, a quem confio, pode fazer com que ela seja propícia.”

Senhores e senhoras. Não são poucos os eventos, que lembram tragédias gregas, dessa vida singular.

Absorvido pelas atividades perigosas, ao deixar os postos a que galgara em plena juventude (a presidência de três províncias), passou a dedicar-se a empreendimentos industriais e comerciais, entre eles a navegação do próprio rio Araguaia. Fundou empresas. Acumulou considerável fortuna, honestamente. Viajou para a Inglaterra, onde procurou interessar capitais ingleses em investimentos mais ou menos arriscados, mas grandiosos, especialmente em ferrovias. O que foi essa fase de sua vida vem descrito no manifesto que dirigiu aos mato-grossenses, firmado em Londres a 23 de dezembro de 1880, como candidato ao Senado. Era preciso preencher a vaga deixada no Senado pelo Visconde do Rio Branco.

Expõe com simplicidade e clareza as razões que o levaram a candidatar-se, salientando que “o título principal, porém, para ser candidato é conhecimento da província e amor a ela, demonstrado por serviços”

Longo é o manifesto, em que desfia o elenco de suas realizações. Vale realçar o trecho em que afirma: “(...) em sete meses eu atravessei a distância de mais de 500 léguas por terra, que separam o Rio de Janeiro de Cuiabá; fi-lo no tempo das águas e num dos anos mais chuvosos que temos tido, e, portanto, passando rios a nado, dormindo ao abrigo de folhas de coqueiro, e com a vida confiada ao revólver, exposta aos ataques dos índios selvagens, que infestavam o sertão; organizei as forças de mar e terra, que tomaram parte na campanha; criei os pontos de abastecimento de víveres e combustível, na distância de 150 léguas que separam Cuiabá de Corumbá, sem o que a marcha dos vapores e a retirada das forças de terra seriam impossíveis; tive a feliz inspiração de por à testa das colunas de ataque um simples capitão, o heróico Antônio Maria Coelho, e esta feliz inspiração concorreu para eu conseguir ver recompensados, pela libertação da província, o esforço e dedicação com que vós correstes ao combate, nesses tempos gloriosos, que parecem já tão remotos”

E mais adiante: “Eu reclamo nessa glória a parte que sempre toca ao cabeça, que iniciou esses fatos, acompanhou e assumiu a responsabilidade de sua execução.

Passam-se os anos. Em junho de 1889, José Vieira Couto de Magalhães é guindado à presidência de uma quarta província brasileira: São Paulo. Era então um homem de 52 anos, em plena maturidade, já com uma folha imensa de serviços e sacrifícios prestados à Nação. O governo imperial entregou-lhe a mais próspera região do País, certo de que o escolhia com acerto. Estertorava porém o regime monárquico. A 15 de novembro de 1889 proclama-se a República. Sua eleição para o Senado por Mato Grosso ainda não se efetivara. Sem condições para resistir, na derrocada que abalou toda a Nação, passou o governo aos revolucionários, representados pela Junta Governativa de que participavam Rangel Pestana e Prudente de Moraes. Lembrei que este, nos idos de 1857, fora seu aluno de filosofia, quando cursava a Academia de São Paulo. Era a roda-viva do destino, impulsionada por forças misteriosas, que fazia cruzar a sua trajetória, pela segunda vez, Prudente de Moraes.

Com vida tão afanosa, Couto de Magalhães ainda encontrou tempo para estudar e escrever. Deixou livros, conferências, teses, romances, artigos, indicações, algumas destas perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujo quadro

se integrara. Poucos dias antes de morrer, apresentara indicação a respeito das comemorações do quarto centenário da descoberta do Brasil, publicada na revista daquele Instituto.

Além de sua tese de doutoramento, de 1860, já citada; e do romance histórico *Os Guayaráns*, antes referido, convém consignar o livrinho intitulado *Um episódio da história pátria em que narra o sacrifício de Felipe dos Santos e seus companheiros em 1720*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 25, 1862; o *Relatório dos negócios da navegação do Araguaia*; *Dezoito mil milhas do interior do Brasil*, Rio de Janeiro, 1872; *Viagem ao Araguaia*, Goiás, 1863 (com edições posteriores); *Ensaio de antropologia*, 1876; *Gramática tupi*; *Família e religião entre os selvagens*, Rio de Janeiro, 1874; *O aprendiz de maquinista*, 1873; *Memórias sobre as colônias militares*, Rio de Janeiro, 1873 (estudo magnífico em que alia o problema da defesa nacional ao da assistência às populações interioranas, especialmente dos índios); *Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil*, Rio de Janeiro, 1876; *Memória apresentada à Comissão da 4ª Exposição Nacional*; *Sétima conferência para o tricentenário de Anchieta* (em que apresenta um mapa do Brasil – que chama, em tupi “Pindorama” – com localização das tribos indígenas segundo Von Martius), São Paulo, 1897; *Relatório dos Negócios da província do Pará*, Belém, 1864.

A sua memória a respeito das colônias militares é peça digna de ser lida e meditada ainda hoje, tais as observações úteis que encerra. Para a época foi oportuna e dela quero extrair apenas um pequeno trecho, muito significativo: “Os presídios ou registros militares (eram nomes antigos) foram fundados com um destes quatro objetivos: 1º) Impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras; 2º) Impedir incursões de selvagens contra nossas populações; 3º) Criar núcleos de população ao longo do sertão, naqueles lugares onde uma solução de continuidade entre as populações podia impedir que o centro do governo se comunicasse com as extremidades; 4º) Impedir o extravio dos direitos que a metrópole percebia sobre ouro e diamantes” (p. 14).

Essa preocupação com o ouro e diamantes se observava também do lado espanhol, onde a legislação punia severamente os que passavam dos domínios lusos para os espanhóis, especialmente no período de 1580 a 1640, sob o domínio da Espanha. A *Compilación de las leyes de las Indias*, de Prudêncio Palácios, consigna preceito expresso a respeito, em que se estabelece a fiscalização da exploração dos minerais e punição severa aos infratores.

Muitos outros escritos sobressaem em sua vasta bibliografia. São todos eles repletos de sentimentos patrióticos e humanitários, idéias originalíssimas, como, por exemplo, as referentes à conservação das línguas indígenas e o seu ensino; o adiestramento dos soldados na luta de capoeira, para os entreveros corpo a corpo na guerra; a desobstrução do encachoeirado Tocantins e do Araguaia e a sua ligação com a bacia do Prata, em demanda das cabeceiras dos afluentes do Paraná e Paraguai. Escreveu obras dignas de estadistas da melhor estirpe, que bem revelavam o seu comportamento como homem de Estado. E, para homenagear-lhe a memória, vou reproduzir uma página repleta de sabedoria política em que define o papel a ser desempenhado pelos homens de governo, quando sábios:

“Há em alguns países uma doutrina de governar, e é a seguinte: não atender nunca ao que é exigido pela opinião pública. Governos há que se comprazem em colocar-se sempre em oposição com aquilo que todos pedem. Dizem os sábios dessas matérias que assim convém para não parecer que o governo aceita impo-

sições. Parece-nos que existe um erro funesto no fundo de semelhante doutrina. Seria absurdo sujeitar a autoridade ao capricho das turbas; mas entre os caprichos das turbas e o que justamente é reclamado por um povo há a mesma distinção que entre o mal e o bem, o justo e o injusto. Os ingleses, que são grandes mestres em matéria de governo, respeitam a opinião pública como a primeira potência da Nação, e na Inglaterra o governo é mais forte do que em país algum do mundo. A razão é clara, e só oculta-se a olhos ofuscados pela cegueira do poder. O governo que se antepõe as aspirações legítimas de um povo, ainda que seja na melhor das intenções possíveis, devora sua própria energia, criando lutas estéreis. Os antigos romanos, a quem nós chamamos bárbaros, já haviam consagrado em seus princípios de filosofia prática que *beneficium invitum non datur*. Constranger pela força a aceitar aquilo que livremente não receberíamos é, quando menos, um escárnio à nossa vontade; fora, muito embora, o bem supremo”.

É uma página de pensador e de estadista, de homem experiente no trato da coisa pública. Por isso, talvez, tornou-se estimadíssimo de seus administrados, de seus auxiliares, de seus comandados, de seus soldados. Sua formação humanística – fruto do curso do Caraça, das ciências jurídicas e sociais, da filosofia, das matemáticas, da arte militar – forjou uma personalidade ímpar na história brasileira: original, vigorosa, esclarecida, digna de muita admiração.

Foi ele um idealista, antes de tudo. Vincula-se ao passado e ao futuro. Ao passado, seguindo e perseguindo alguns projetos que vinham de longe, como o da ligação da bacia do Prata com a amazônia, sonho do Marquês de Pombal e dos jesuítas, co-artífices da colonização sul-americana. Foi precursor do futuro, na integração territorial e geográfica do Brasil; precursor de Rondon e de todos aqueles que vêm contribuindo para fazer desta Nação uma unidade espiritual e geográfica. Precursor dos atuais geopolíticos.

O governo da República, atualmente com as vistas voltadas para o desenvolvimento nacional, precisa reabrir a multissecular questão da ligação das duas grandes bacias: a Amazônica e a do Prata. Com a efetivação dessa junção – muitas vezes defendidas e justificadas pelo Gen. Couto de Magalhães – o sertão brasileiro crescerá ainda mais, tornando realidade o velho sonho da “marcha para o Oeste”.

Além de providência de repercussão econômica, terá características estratégicas, ao abrir no coração da pátria uma via de acesso da foz do Amazonas à foz do Prata, promovendo melhor intercâmbio entre os estados amazônicos, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e regiões adjacentes. Melhores justificativas encontraremos nos próprios estudos de Couto de Magalhães e nos mapas já levantados, com várias opções, ora ligando as cabeceiras do Taquari, afluente do Paraguai, às cabeceiras do Araguaia; ora propiciando, com uma ferrovia de 40 quilômetros apenas, a junção do rio Cuiabá e da capital de Mato Grosso às cabeceiras do rio das Mortes, com acesso ao Araguaia e Tocantins até Belém; ora permitindo através de uma ferrovia de apenas 120 quilômetros, a ligação das cabeceiras do rio Itiquira, afluente do São Lourenço e este do rio Paraguai às nascentes do rio das Garças, que conduzirá ao Araguaia, via Registro e Leopoldina. No sentido oeste, com uma pequena ferrovia de 120 quilômetros, as nascentes do rio Jauru, afluente do Paraguai, podem conectar-se com as do rio Guaporé, com acesso à Amazônia Ocidental, no atual território de Rondônia. Todas essas ligações permitiriam a comunicação de Cuiabá a Belém, via Araguaia, numa extensão de 3.420 quilômetros. Para esta comunicação seria necessária uma estrada, ligando o rio Cuiabá ao Arinos numa extensão de 230 quilômetros. Finalmente seria possível, dessa forma, ligar Cuiabá a Montevidéu num percurso de 4.200 quilômetros.

Nos estudos até então realizados, com base nos roteiros de Couto de Magalhães, as estradas previstas seriam estradas de ferro. Mas talvez se torne mais fácil, na época atual, efetivá-las mediante rodovias.

A Nação que abriu a Belém-Brasília e a Transamazônica e cortou todo o seu território com belas rodovias, está em condições de levar a cabo essa tarefa, relativamente fácil. Os estudos estão feitos. Basta ler e meditar nas lições de José Vieira Couto de Magalhães, o desbravador, com olhos de gênio e a visão panorâmica do futuro.⁴ Contribuíu, com seu esforço, para a integração nacional.

Nem tudo o que pretendeu conseguiu realizar. Muito existe por fazer e desafia as gerações de hoje. O curso do Tocantins, onde se constrói uma das maiores hidrelétricas do mundo, ainda não é aquele curso livre necessário ao escoamento de nossos minerais e da produção goiana, única via de acesso hídrica aconselhável para o coração do Brasil, com seu complemento, o Araguaia. Suas palavras ainda estão no ar. Não foram de todo ouvidas. E a ligação das duas imensas bacias, a do Amazonas e a do Prata, nos faz encarar com prudência e preocupação uma das cláusulas do chamado Pacto Amazônico ou de Cooperação Amazônica, que permite às nações signatárias o acesso às vias navegáveis: “Art. III – As partes contratantes asseguram-se mutuamente, na base da reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios Amazônicos internacionais, observando os regulamentos fiscais e de política que se estabeleçam no território de cada uma delas. Art. IV – O presente tratado se aplicará nos territórios das partes contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma parte contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma.”

Digno de atenção, também, é o art. IX do mesmo tratado, que nos faz lembrar preceito semelhante do famoso tratado da Hiléia Amazônica, em boa hora desaprovado pelo governo brasileiro, no passado, em seu art. I.

“Art. IX, § 2º As partes contratantes poderão, sempre que julguem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais na execução de estudos, programas e projetos resultantes das formas de cooperação técnica e científica definidas no § 1º do presente artigo.”

O da Hiléia também visava “dirigir y disponer estudios, reconocimientos e investigaciones científicas en la región de la Hiléia Amazônica” (art. I, B, 2).

Estas não são contestações, mas advertências, preocupações, tendo em mira o pensamento pioneiro, voltado para o futuro, de Couto de Magalhães.

Conclusão

A morte o abateu de surpresa a 14 de setembro de 1898. Conservara-se fiel aos ideais monárquicos. Acelerou o seu fim o ato violento de Floriano Peixoto, mandando prendê-lo em São Paulo, em sua casa de Santo Amaro, sob suspeita de colaborar com a revolução de Custódio de Melo e Saldanha da Gama em 1893. É que a sua alma generosa, atesta-o Afonso Celso, o levava a contribuir com grande dádiva financeira para a organização de hospitais de sangue no sul do Brasil. Trouxeram-no escoltado, como um criminoso, a ponto de turbar-lhe a mente. Colocaram-no em uma enxovia no Rio de Janeiro. Era muita humilhação para quem presidira quatro províncias, expulsara o invasor paraguaio, ajudara a construir o Brasil e fora recompensado com tantas distinções imperiais, como a Ordem da Rosa, a

⁴ Escobar, Ildefonso. *A marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite, s. d.

do Cruzeiro e a de Cristo, a medalha dos heróis do Forte de Coimbra, e a da Flotilha de Mato Grosso, a medalha da Guerra do Paraguai, o título de general, um general bacharel, o que vem demonstrar, como canta o poeta, que “tanto pode o destino e a paciência/de quem faz, do que faz, tendo a ciência”.

Morreu como Pedro II, num hotel, o Vista Alegre, no Rio de Janeiro. Pedro II se finara no Hotel Bedford, em Paris, em 1891.

Deixou exemplos. Semeou idéias. Viveu sempre perigosa e apressadamente, seguindo o conselho dos versos de Béranger já citados, que ele tanto apreciava: “Aimons vite/pensons vite/tout envite/a vivre vite”.

Amava as coisas brasileiras com sinceridade e preferia usar os topônimos tupis aos portugueses, chamando ao Amazonas “Paraná-pitinga”, e ao Brasil “Pindorama”, conforme se vê na conferência sobre Anchieta. E preferia colher, no folclore nacional, modinhas e canções populares, impregnadas de sentimentos bem nossos, como naquela quadra que Nabuco destaca no elogio fúnebre: “Quanta laranja miúda/quanta florinha no chão;/Quanto sangue derramado/por causa desta paixão.”

Mas ele próprio, que tanto condenava os seus contemporâneos de São Paulo, impregnados de literatura francesa e esquecidos das excelências da nossa cultura nativa, não escapou na juventude à poderosa influência gaulesa ao invocar, no prefácio ao *Os guayandás*, os versos do cancionista Pièrre Jean de Béranger.

Por ocasião de sua morte, era presidente da República Prudente de Moraes, o mesmo que recebera de suas mãos o governo de São Paulo em 1889 e que fora seu aluno de filosofia em 1856.

Um excelente aluno, sem dúvida. Era a terceira vez que o destino, em seus insondáveis desígnios, fazia presente, não mais em sua vida, mas em sua morte, aquele eminente homem público.

Perdoai, senhores e senhoras, se não vos trago melhores mensagens extraídas das obras escritas e vividas de José Vieira Couto de Magalhães. É que o tempo – o grande inimigo do homem – militou contra esta festa. Quando recebi o convite de vosso eminente presidente, estava de viagem marcada para o México, a fim de proferir conferência na Universidade Nacional Autônoma e participar do II Congresso Nacional de História do Direito. Levei comigo, na bagagem, um exemplar do *Viagem ao Araguaia* e outros escritos de Couto de Magalhães, que relia vez por outra. Ao chegar à cidade de Tehuacan, surpreendeu-me, em Peñafiel, um espetáculo inesperado.

Embora seca a região que se estende a cerca de 200 quilômetros da capital, ao penetrar em aprazível sítio, que mais parece um oásis, deparei com árvores imensas, que no seu conjunto me recordavam a Amazônia. E dos galhos dessas árvores – *pinus*, *trueños*, *colorines*, e muitas outras espécies – vi revoarem milhares de pássaros, de todos os tamanhos e de todas as cores, numa algazarra festiva de mil asas: eram tordos negros, goriões pequenos e brancos, urracas, cocolachas, chupas, *dominicus* minúsculos e amarelos que revoam, e mil gritos de todos os tons que diluem no ar.

Aquilo me parecia uma saudação e, por coincidência, no momento em que havia acabado de ler um trecho da obra de Couto de Magalhães, pintando cenário semelhante, à página 138 do *Viagem ao Araguaia*: “Apesar do contratempo, chegamos ainda adiante do bote, e quando nossos companheiros saltavam na praia, já encontraram uma grande e confortável fogueira que havíamos acendido. Quando chegamos, vi na praia uma pequena árvore, que não seria mais alta que um homem, da qual partiam inumeráveis gorjeios de pássaros. Aproximei-me e vi milha-

res deles, mais pequenos ainda do que um pintassilgo, pardos, finos; todos cantavam, uns batendo as pequeninas asas, outros voando de uns galhos para outros, com tal velocidade que contundia a vista, mas alegrava o coração.”

Nesse debuxo se revela o pintor e o poeta. Os pássaros de Tehuacan e os pássaros do Araguaia, apesar de distante uns dos outros, transmitem, todavia, nos seus cantos, as mesmas mensagens de alegria e de amor à vida.

Completa Couto de Magalhães: “Tive curiosidade de conhecer se estes cantores eram de alguma espécie conhecida por mim; verifiquei, porém, nunca os ter visto, e nada mais que isso, pois, ao aproximar-me, voaram a cantar, e a pouco e pouco perderam-se nos ares.”

Foi debaixo dessa impressão e carregado de emoções que preparei parte desta palestra, em território estrangeiro. Longe da pátria, mas tendo-a sempre presente na sensibilidade exacerbada, de tal forma que tudo me fazia voltar o pensamento para ela, a pátria, que Couto de Magalhães tanto amou, que desbravou, que palmilhou de sul a norte, traçando com sua vida uma epopéia difícil de ser imitada e igualada.